

Termo de Referência 45/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2024	200370-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SC	LUCI DE ANDRADE CRUZ	16/05/2024 18:26 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		08490.000462/2021-05

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de solução de CFTV (Circuito Fechado de TV) para o prédio da Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC, visando aumentar a segurança orgânica, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Especificação	CATMAT	Valor Unitário (R\$)	Qtd	Valor Total (R\$)
Único	1	CÂMERA TIPO 1 - BULLET	299540	896,04	9	8.064,33
	2	CÂMERA TIPO 2 - BULLET	299540	1.715,67	10	17.156,67
	3	CÂMERA TIPO 3 - DOME	299540	648,73	35	22.705,39
	4	CÂMERA TIPO 4 - DOME	299540	1.339,63	7	9.377,39
	5	CÂMERA TIPO 5 - PTZ	299540	7.171,98	3	21.515,93
	6	SWITCH POE	254373	2.764,20	4	11.056,80
	7	GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE (NVR)	461472	7.105,67	3	21.317,00
	8	HARD DISK SATA III	452505	4.092,85	6	24.557,08
	9	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (NOBREAK)	424615	1.872,32	3	5.616,96
	10	TELEVISOR 40 POLEGADAS	412075	3.574,30	2	7.148,60

	11	INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO NA DPF/IJI/SC	14826	50.426,67	1	50.426,67
--	----	--	-------	-----------	---	-----------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. As licenças do Sistema Operacional Windows serão disponibilizadas e instaladas pela Polícia Federal;
- 1.5. Toda a solução deve ser compatível com sistema operacional Windows 10 ou superior. O padrão da Polícia Federal é: estações com Windows 10 Enterprise e no servidor Windows Server 2012;
- 1.6. Os equipamentos da solução que ficarem no CPD devem utilizar os racks e nobreaks da Polícia Federal que já estão instalados no local;
- 1.7. Os computadores para área de monitoramento serão fornecidos pela Polícia Federal.
- 1.8. As estimativas individualizadas encontram-se no tópico 3 deste Termo de Referência.
- 1.9. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do extrato do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00.394.494/0001-36

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 36

IV) Classe/Grupo: 6350

V) Identificador da Futura Contratação: 200370-90003/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. Estimativas individualizadas:

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ITAJAÍ/SC					

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade total
1	<p><b>CÂMERA TIPO 1 - BULLET</b></p> <p>1.</p> <p>Deve possuir Sensor de imagem CMOS 1/2,7 <i>progressive scan</i> ou superior;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir resolução mínima de 2 megapixels 1920x1080 pixels;</p> <p>3.</p> <p>Deve possuir infravermelho com alcance de até 30 metros;</p> <p>4.</p> <p>Deve possuir lente fixa de 2,8 mm;</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir compressão de H.264 e H.265;</p> <p>6.</p> <p>Deve possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR ou DWDR) de pelo menos 60 dB;</p> <p>7.</p> <p>Deve possuir suporte aos protocolos IPv4, TCP/IP, UDP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, IGMP, ARP e 802.1X;</p> <p>8.</p> <p>Deve possuir interface de rede 1 RJ45 10 M/100 M;</p> <p>9.</p> <p>Deve permitir a alimentação PoE: 802.3af ou 802.3at;</p> <p>10.</p> <p>Deve possuir grau de proteção IP67;</p> <p>11.</p> <p>Deve ser homologada com o gravador digital de vídeo em rede (NVR) utilizado neste projeto, devendo ser comprovado através de informação constante no site do desenvolvedor ou declaração do mesmo;</p> <p>12.</p> <p>Deve possuir gravação por Detecção de Movimento;</p> <p>13.</p> <p>O fabricante da câmera deve ser membro participante no fórum ONVIF, e o equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S e T; e</p> <p>14.</p>	UNIDADE	9 (NOVE)

	<p>Garantia mínima de 01 ano.</p> <p>15.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras VIP 3230 B SL.</p>		
2	<p><b>CÂMERA TIPO 2 - BULLET</b></p> <p>1.</p> <p>Deve possuir Sensor de imagem CMOS 1/2,8 <i>progressive scan</i> ou superior;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir resolução mínima de 2 megapixels 1920x1080 pixels;</p> <p>3.</p> <p>Deve possuir infravermelho com alcance de até 30 metros;</p> <p>4.</p> <p>Deve possuir lente de 3,6 mm a 12 mm (ou superior);</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir compressão de H.264 e H.265;</p> <p>6.</p> <p>Deve possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR ou DWDR) de pelo menos 120 dB (por se tratar de câmeras localizadas em garagem e entradas);</p> <p>7.</p> <p>Deve possuir suporte aos protocolos IPv4, TCP/IP, UDP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, IGMP, ARP e 802.1X;</p> <p>8.</p> <p>Deve possuir interface de rede 1 RJ45 10 M/100 M;</p> <p>9.</p> <p>Deve permitir a alimentação PoE: 802.3af ou 802.3at;</p> <p>10.</p> <p>Deve possuir grau de proteção IP67;</p> <p>11.</p> <p>Deve ser homologada com o gravador digital de vídeo em rede (NVR) utilizado neste projeto, devendo ser comprovado através de informação constante no site do desenvolvedor ou declaração do mesmo;</p> <p>12.</p> <p>Deve possuir gravação por Detecção de Movimento;</p> <p>13.</p> <p>O fabricante da câmera deve ser membro participante no fórum ONVIF, e o equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S e T; e</p>	UNIDADE	10 (DEZ)

	<p>14.</p> <p>Garantia mínima de 01 ano.</p> <p>15.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras VIP 3260 Z G2.</p>		
3	<p><b>CÂMERA TIPO 3 - DOME</b></p> <p>1.</p> <p>Deve possuir Sensor de imagem CMOS 1/2,7 <i>progressive scan</i> ou superior;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir resolução mínima de 2 megapixels 1920x1080 pixels;</p> <p>3.</p> <p>Deve possuir infravermelho com alcance de até 30 metros;</p> <p>4.</p> <p>Deve possuir lente fixa de 2,8 mm;</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir compressão de H.264 e H.265;</p> <p>6.</p> <p>Deve possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR ou DWDR) de pelo menos 60 dB;</p> <p>7.</p> <p>Deve possuir suporte aos protocolos IPv4, TCP/IP, UDP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, IGMP, ARP e 802.1X;</p> <p>8.</p> <p>Deve possuir interface de rede 1 RJ45 10 M/100 M;</p> <p>9.</p> <p>Deve permitir a alimentação PoE: 802.3af ou 802.3at;</p> <p>10.</p> <p>Deve possuir grau de proteção IP67;</p> <p>11.</p> <p>Deve ser homologada com o gravador digital de vídeo em rede (NVR) utilizado neste projeto, devendo ser comprovado através de informação constante no site do desenvolvedor ou declaração do mesmo;</p> <p>12.</p> <p>Deve possuir gravação por Detecção de Movimento;</p> <p>13.</p>	UNIDADE	35 (TRINTA E CINCO)

	<p>O fabricante da câmera deve ser membro participante no fórum ONVIF, e o equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S e T; e</p> <p>14.</p> <p>Garantia mínima de 01 ano.</p> <p>15.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras VIP 3230 D.</p>		
4	<p><b>CÂMERA TIPO 4 - DOME</b></p> <p>1.</p> <p>Deve possuir Sensor de imagem CMOS 1/2,8 <i>progressive scan</i> ou superior;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir resolução mínima de 2 megapixels 1920x1080 pixels;</p> <p>3.</p> <p>Deve possuir infravermelho com alcance de até 30 metros;</p> <p>4.</p> <p>Deve possuir lente de 3,6 mm a 12 mm (ou superior);</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir compressão de H.264 e H.265;</p> <p>6.</p> <p>Deve possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR ou DWDR) de pelo menos 60 dB;</p> <p>7.</p> <p>Deve possuir suporte aos protocolos IPv4, TCP/IP, UDP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, IGMP, ARP e 802.1X;</p> <p>8.</p> <p>Deve possuir interface de rede 1 RJ45 10 M/100 M;</p> <p>9.</p> <p>Deve permitir a alimentação PoE: 802.3af ou 802.3at;</p> <p>10.</p> <p>Deve possuir grau de proteção IP67;</p> <p>11.</p> <p>Deve ser homologada com o gravador digital de vídeo em rede (NVR) utilizado neste projeto, devendo ser comprovado através de informação constante no site do desenvolvedor ou declaração do mesmo;</p> <p>12.</p>	UNIDADE	07 (SETE)

	<p>Deve possuir gravação por Detecção de Movimento;</p> <p>13.</p> <p>O fabricante da câmera deve ser membro participante no fórum ONVIF, e o equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S e T; e</p> <p>14.</p> <p>Garantia mínima de 01 ano.</p> <p>15.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras VIP 3240 D.</p>		
5	<p><b>CÂMERA TIPO 5 - PTZ</b></p> <p>1.</p> <p>Câmera Speed-Dome;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir lente motorizada com distância focal entre, no valor mínimo de 3,8 mm a 5 mm e no valor máximo de 80 mm a 180 mm, com suporte a foco e zoom remotos;</p> <p>3.</p> <p>Deve possuir lente com zoom óptico de pelo menos 18x e zoom digital de pelo menos 10x;</p> <p>4.</p> <p>Deve possuir Função de Estabilização de Imagem;</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir função de foco automático;</p> <p>6.</p> <p>Deve possuir Sensor de imagem CMOS 1/2,8 <i>progressive scan</i> ou superior;</p> <p>7.</p> <p>Deve possuir resolução mínima de 2 megapixels 1920x1080 pixels;</p> <p>8.</p> <p>Deve possuir sensor de imagem com gama dinâmica ampla (WDR ou DWDR) de pelo menos 120 dB;</p> <p>9.</p> <p>Deve possuir infravermelho com alcance mínimo de 80 metros;</p> <p>10.</p> <p>Deve possuir compressão de H.264 e H.265;</p> <p>11.</p> <p>Deve possuir suporte aos protocolos IPv4, TCP/IP, UDP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, IGMP, ARP e 802.1X;</p>	UNIDADE	03 (TRÊS)

	<p>12.</p> <p>Deve possuir interface de rede 1 RJ45 10 M/100 M;</p> <p>13.</p> <p>Deve permitir a alimentação PoE conforme padrão IEEE 802.3at ou High POE. Caso necessite de injetor este deverá ser fornecido junto com a câmera;</p> <p>14.</p> <p>Deve possuir grau de proteção IP66 ou IP67;</p> <p>15.</p> <p>Deve ser homologada com o gravador digital de vídeo em rede (NVR) utilizado neste projeto, devendo ser comprovado através de informação constante no site do desenvolvedor ou declaração do mesmo;</p> <p>16.</p> <p>Deve possuir configuração de posições programáveis (preset);</p> <p>17.</p> <p>Deve possuir gravação por Detecção de Movimento;</p> <p>18.</p> <p>O fabricante da câmera deve ser membro participante no fórum ONVIF, e o equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S e T;</p> <p>19.</p> <p>Garantia mínima de 01 ano; e</p> <p>20.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras VIP 3220 SD IR.</p>		
	<p><b>SWITCH POE</b></p> <p>1.</p> <p>Deve possuir 16 portas PoE 10/100 Mbps com suporte Power Over Ethernet (PoE);</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir ao menos 2 portas 10/100/1000 Mbps para uplink com 2 portas SFP combo;</p> <p>3.</p> <p>Deve suportar os tipos de cabeamento 10 Base-T, 100 Base-TX, 1000 Base-T e 1000 Base-FX;</p> <p>4.</p> <p>Suportar Spanning Tree, Multicast e QoS.</p> <p>5.</p> <p>As portas PoE deverão possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Suporte aos protocolos IEEE 802.3af, 802.3at e Hi-PoE;</li> </ul>		



6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 135 W de potência máxima total</li> <li>• 30 W de potência máxima por porta</li> <li>• opção de Habilitar/Desabilitar Porta PoE</li> <li>• Prioridade de porta PoE</li> <li>• PoE baseado em intervalo de tempo;</li> </ul> <p>6.</p> <p>Deverá possuir proteção contra surtos 15 kV durante 45 microssegundos em modo Comum e 2 kV durante 10/700 microssegundos em modo Diferencial;</p> <p>7.</p> <p>Deverá ter suporte a monitoramento e diagnósticos de: Teste Virtual do Cabo (VCT), Diagnóstico por ping, Diagnóstico por tracert, Sistema de log (local e remoto), Monitoramento de memória Monitoramento de CPU;</p> <p>8.</p> <p>Garantia mínima de 1 (um) ano;</p> <p>9.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras SF 1822 Hi-PoE.</p>	UNIDADE	04 (QUATRO)
7	<p><b>GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO EM REDE (NVR)</b></p> <p>1.</p> <p>Deve ser capaz de monitorar e gravar as imagens das câmeras IP;</p> <p>2.</p> <p>Deve possuir a capacidade de ser acessado remotamente através de computadores, smartphones e tablets;</p> <p>3.</p> <p>Deve ser compatível com gerenciamento de dados local ou remoto (via internet);</p> <p>4.</p> <p>Suporte para ao menos 4 HDs SATA III com tecnologia de hibernação do HD, alarme de falha e alarme de espaço insuficiente;</p> <p>5.</p> <p>Suportar no mínimo 25 canais IP (suporte para no mínimo 25 câmeras IP);</p> <p>6.</p> <p>Possuir 2 interfaces de rede (RJ45) Gigabit Ethernet;</p> <p>7.</p> <p>Possuir 1 porta HDMI, 1 porta VGA e 1 BNC;</p> <p>8.</p> <p>Possuir 3 portas USB, com pelo menos uma 3.0;</p>	UNIDADE	03 (TRÊS)

	<p>9.</p> <p>Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo do fabricante das câmeras;</p> <p>10.</p> <p>Deve ser capaz de exportar vídeos em AVI sem a necessidade do uso de programas específicos para conversão;</p> <p>11.</p> <p>Resolução da saída de vídeo: <math>1.920 \times 1.080</math>, <math>1.280 \times 1.024</math>, <math>1.280 \times 720</math>, <math>1.024 \times 768</math>;</p> <p>12.</p> <p>Formato de compressão dos arquivos: H.264/MJPEG;</p> <p>13.</p> <p>Deve ser configurável para gravação em modo manual, gravação agendada (podendo esta ser configurada como regular – modo contínuo – e detecção de movimento) ou parada;</p> <p>14.</p> <p>Modos de backup: Dispositivo USB (com sistema de arquivos em FAT32), FTP e download através da página web do NVR.</p> <p>15.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras NVD 7132.</p>		
8	<p>HARD DISK SATA III</p> <p>1.</p> <p>O disco rígido deverá ser compatível com o equipamento gravador digital de vídeo em rede (NVR);</p> <p>2.</p> <p>Deve ser desenvolvido especialmente para uso em CFTV;</p> <p>3.</p> <p>Capacidade: 8 TB;</p> <p>4.</p> <p>Cache: 256 MB;</p> <p>5.</p> <p>Interface: SATA 6.0 Gb/s;</p> <p>6.</p> <p>Modelo de referência: Western Digital Purple WD82PURZ.</p>	UNIDADE	06 (SEIS)
	<p>FONTE DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA (NOBREAK)</p> <p>1.</p> <p>Deve ter tensão de saída compatível com o switch e o NVR;</p>		

9	<p>2.</p> <p>Topologia: Interativo;</p> <p>3.</p> <p>Potência nominal de pico mínima: 1500 VA / 1000 W;</p> <p>4.</p> <p>Tensão nominal de entrada: 220 V ou bivolt;</p> <p>5.</p> <p>Deve possuir ao menos duas baterias 12V - 7 Ah;</p> <p>6.</p> <p>Forma de onda no modo bateria: Semissenoidal (retangular);</p> <p>7.</p> <p>Modelo de referência: Intelbras XNB 1800.</p>	UNIDADE	03 (TRÊS)
10	<p>TELEVISOR DE 40 POLEGADAS</p> <p>1.</p> <p>Tipo de TV: Smart TV LED tela plana;</p> <p>2.</p> <p>Tamanho da tela: 40 polegadas;</p> <p>3.</p> <p>Resolução: Full HD 1920 X 1080p;</p> <p>4.</p> <p>Taxa de atualização: 60 Hz;</p> <p>5.</p> <p>DTS Premium Sound/DTS Premium Sound 5.1;</p> <p>6.</p> <p>Sistema de áudio Dolby Digital Plus;</p> <p>7.</p> <p>Potência dos alto-falantes: 20 W RMS (10 W + 10 W);</p> <p>8.</p> <p>Sleep timer;</p> <p>9.</p> <p>Conexões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• HDMI: 03;</li> <li>• USB: 02;</li> </ul>	UNIDADE	02 (DOIS)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada de componente: 01;</li> <li>• Entrada – Composto: 02;</li> <li>• Entrada de rede: 01;</li> <li>• Saída de cabo óptico digital: 01;</li> <li>• Saída de áudio (Mini Jack);</li> <li>• Entrada de RF: 01.</li> </ul> <p>10.</p> <p>Bivolt;</p> <p>11.</p> <p>Selo Procel, classificação A;</p> <p>12.</p> <p>Controle remoto com pilhas;</p> <p>13.</p> <p>Cabo de força padrão ABNT;</p> <p>14.</p> <p>Manual do usuário em português;</p> <p>15.</p> <p>Garantia mínima de 1 ano.</p>		
	<p>INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SOLUÇÃO NA DPF/IJI/SC</p> <p>1.</p> <p>A Contratada providenciará todas as adequações necessárias na infraestrutura existente, de forma a atender às especificidades de instalação dos equipamentos, obedecendo a todos os padrões utilizados pela PF (em especial, à padronização de rede de comunicação TCP/IP);</p> <p>2.</p> <p>Entende-se como infraestrutura aplicável a este item, o fornecimento e instalação de suportes de fixação/alimentação das câmeras, pontos de rede e toda a infraestrutura necessária à passagem do cabeamento, tais como, eletrodutos, caixas de passagem, junções, curvas, luvas, canaletas, eletrocalhas, postes, etc., bem como eventuais serviços complementares de recomposição do acabamento estético devido à instalação (como recomposição de forro ou pintura, por exemplo);</p> <p>3.</p> <p>Conforme citado no Termo de Referência, a empresa licitante poderá realizar vistoria prévia no local onde será executado o serviço, para que possa ter total conhecimento da condição ambiental e técnica, bem como para que possa estimar os quantitativos de materiais necessários à completa implantação do sistema;</p> <p>4.</p> <p>A infraestrutura será de responsabilidade da empresa contratada, inclusive com o fornecimento de todos os materiais necessários à instalação;</p>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O interior da edificação da Delegacia dispõe de parte do cabeamento instalado na proximidades dos ponto estabelecidos para as câmeras até o CPD. Caso seja de interesse da Contratada, a infraestrutura poderá ser utilizada, desde que autorizada pela fiscalização desta contratação;</li> </ul>		
	5.		
	No que couberem, todos os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas brasileiras que regulamentam seu uso na construção civil (ABNT), bem como com os normativos elencados no item 1.4 deste documento;		
	6.		
	A rede das câmeras será implantada independente da rede local da delegacia, onde os switches ficarão isolados, interligando as câmeras e o sistema de gravação;		
	7.		
	Caso seja necessária a alocação de switch em local externo ao CPD por conta da distância das câmeras, o mesmo deve		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estar alocado em mini rack de parede de 19" com estrutura de chapa de aço com visor em acrílico e fechadura cilíndrica com chaves, com abertura para instalação de até 2 microventiladores (coolers), fornecido pela Contratada;</li> <li>• Estar alimentado por fonte dedicada de alimentação ininterrupta de energia com potência compatível com o equipamento;</li> <li>• A interligação desse switch externo ao CPD deverá ser feito pela contratada;</li> </ul>		
	8.		
	O material necessário para implementar a solução CFTV deverá ser levantando pelos participantes quando da visita ao local de instalação, e fornecido pelo vencedor, e o custo deverá estar incluso nesta licitação;		
	9.		
	A Contratante fornecerá computador para viabilizar o monitoramento da solução, sendo que a instalação e configuração com os televisores descritos no item 8 fica a cargo da Contratada;		
	10.		
	Os serviços de instalação deverão compreender:		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço especializado de mão de obra para organização do Rack do CFTV.</li> <li>• Realização de testes técnicos e de funcionamento do sistema, incluindo certificação;</li> <li>• Instalação e configuração dos equipamentos;</li> <li>• Passagem de cabeamento estruturado, identificado e certificado;</li> </ul>		
	11.		
11	Da quantidade e especificidades dos materiais:	SERVIÇO	01 (UM)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratada deverá entrega um espelho dos pontos de rede implantados, fazendo correlação com a câmera daquele ponto, endereço IP e o local na qual foi instalado (ex: Sala X, corredor A e Garagem Y);</li> </ul>		

- Cabo UTP CAT6, devidamente homologado pela Anatel, constituído com capa em PVC, compatível com CMX: IEC 60332-1 conforme ABNT NBR 14705 e deverá ter 4 pares padrão 24 AWG;
- Conectores RJ 45 Cat.6, Patch Cords Cat.6, deverá ser da mesma categoria e linha de produtos do cabo de rede ofertado;
- O Patch Cord de rede para interligar todos os equipamentos deve ser no mínimo padrão CAT6, ou interligado com patch cord de fibra óptica;
- No caso da utilização de patch cord de fibra óptica entre os switches e os switches e o sistema de gravação, este também deverá possuir porta ethernet de fibra gigabit. Não será permitido a utilização de conversores de cabo UTP para cabo óptico;
- O switches deverão ser alocado na sala no CPD, com exceção de eventual switch externo, conforme detalhado no item 7 deste item;
- Guias de Cabo (duas unidades), horizontal, em metal, compatível com o rack, para organização dos patch cords dos switches;
- Dois postes de estrutura de aço para instalação das câmeras na entrada/saída do estacionamento interno da Delegacia, com altura mínima de 1,35 m, e respectiva estrutura necessária para sua fixação e estabilização;
- Um poste de estrutura de aço para instalação de câmera PTZ, com altura mínima de 6 m, e respectiva estrutura necessária para sua fixação e estabilização;
- A contratada deverá organizar a estrutura (rack e infraestrutura de rede) de maneira compatível com as normas técnicas correlatas, inclusive com certificação do cabeamento instalado;
- A solução CFTV instalada no rack deverá ser conectada ao nobreak já existente para que no caso falta energia as câmeras continuem a gravar. A Contratada deve realizar a ligação de energia do rack ao nobreak; e
- Todos pontos das câmeras devem ser devidamente numerados, facilitando posterior manutenção.

12.

#### Requisitos do Cabeamento e Eletrodutos

- Os cabos deverão partir de patch panels a serem instalados no rack central existente, sem emendas, até a localização definida de cada câmera ou dispositivo especificado, passando por caneletas, conexões e/ou eletrodutos, devidamente fixados, também fornecidos pela contratada, respeitando-se a estrutura arquitetônica dos ambientes, além das normas técnicas aplicáveis (ABNT, inclusive);
- Não serão permitidos acabamentos com cabeamento fixado de forma aparente, como por exemplo utilizando-se presilhas/grampos e/ou quaisquer outras técnicas que comprometam a estética, sendo que todas as descidas/subidas de cabeamento deverão se dar por meio de eletrodutos;
- Os eletrodutos devem ser rígidos, PVC, alta durabilidade, na cor branco gelo, bitola mínima de  $\frac{3}{4}$  polegadas ou 20mm;
- Os eletrodutos para os ambientes externos devem ser adequados para exposição ao tempo, e vedados para evitar entrada de água;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No caso viabilidade técnica do reaproveitamento das atuais eletrocalhas, deve ser respeitado a separação do cabeamento de rede do elétrico, além adotar cores do cabeamento diferente dos atuais para identificação visual;</li> <li>• O cabeamento da solução de CFTV, deve ser no mínimo padrão CAT6, em cor padronizada (preferencialmente na cor branca) e <b>diferente</b> do cabeamento já utilizados na atual instalação que são <b>vermelhos, amarelos, azuis, e verdes</b>.</li> </ul> <p>13.</p> <p>A Garantia do serviço de instalação, configuração e integração da solução deve ser de no mínimo 1 ano.</p>		
--	---	--	--

3.2. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos de primeiro uso.

3.3. Os objetos devem estar acompanhado do manual do usuário (catálogos técnicos ou manuais emitidos pelos fabricantes dos equipamentos e softwares, com as características que atendam as especificações técnicas), com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

3.4. Caso algum catálogo técnico não possua todas as características técnicas exigidas, deverá ser acompanhado ou substituído por uma declaração do fabricante, com firma reconhecida, complementando as informações.

### 3.5. DO ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS

3.5.1. As instalações do sistema de CFTV e das instalações elétricas necessárias deverão ser efetuadas por eletricitas e instaladores capacitados e qualificados e deverão seguir todas as normas vigentes quanto a segurança e instalação desses sistemas. Dentre estas cita-se:

ABNT NBR 14705 - Cabos internos para telecomunicações - Classificação quanto ao comportamento frente à chama;

ABNT NBR 9140 – Cabos ópticos e fios e cabos telefônicos - Ensaio de comparação de cores - Método de ensaio;

ANATEL / TELEBRÁS 224-3115-01/02 – Projeto de Tubulação Predial;

ABNT NBR 5410 -2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

ABNT NBR 6148 - Condutores isolados com isolamento extrudada de cloreto de polivinila para tensões até 750V;

ABNT NBR 14565 – Procedimento Básico para Elaboração de Projetos de Cabeamento de Telecomunicações para Rede Interna Estruturada;

ABNT NBR 13300 – Redes Telefônicas Internas em Prédios;

TIA / EIA 568-B1/B2/B3 - Commercial Building Telecommunications Cabling Standard;

TIA/EIA 569-A Commercial Building Standard for Telecommunication Pathways/and Spaces;

TIA/EIA 606 Administration Standard for the Telecommunications Infrastructure of Commercial Buildings;

ANSI/TIA/EIA 607 - Commercial Building Grounding for Telecommunication;

NBR5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

NR10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

NR18: Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

### 3.6. DOS REPAROS DE DANOS

3.6.1 Todos os danos eventualmente causados ao patrimônio da Delegacia ou de terceiros durante a instalação dos sistemas de CFTV deverão ser solucionados, seja por meio de reparo ou de indenização, por conta da empresa Contratada.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, quando couber, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.6. Nos Termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, os materiais deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que for aplicável:

4.1.7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2

4.1.8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

4.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.10. Caso solicitado, a comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.1.11. Ainda nos termos da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, os fornecedores deverão respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.12. Apresentar a seguinte documentação:

4.1.12.1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais — PPRA, conforme NR 9; 4.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional — PCMSO, conforme NR7;

4.1.12.3. Atestado de Saúde Ocupacional — ASO de todos os colaboradores, envolvidos na execução dos serviços em campo;

4.1.12.4. Comprovante de entrega de Equipamento de Proteção Individual (EPI) — Termo de Responsabilidade previsto na NR

#### Indicação de marcas ou modelos :

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

#### Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25%** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em fornecimento das câmeras e equipamentos para CFTV.



4.3.2. A subcontratação fica limitada a:

4.3.2.1. **Exclusivamente para execução dos serviços de cabeamento, instalação de conduítes e postes, fixação de suporte e câmeras, acabamento como alvenaria, pintura e outros inerente aos itens aqui mencionados.**

4.3.2.3. A subcontratação deverá ser comunicada a Fiscalização e depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Lauro Muller, 73, Centro, Itajaí/SC.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será no mínimo, aquele descrito no tópico 3 deste Termo de Referência, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

Para o recebimento dos materiais a Comissão Permanente de Recebimento deverá:

- Instruir processo de "Licitação: Processo de Pagamento" no SEI, vinculado ao presente processo licitatório;
- Analisar e conferir o documento fiscal cotejando-o com o objeto da contratação e a entrega do bem e/ou prestação do serviço, realizando essa atividade com prioridade dentre as demais atribuições que possui, verificando especialmente: a) se foi emitido em nome da Unidade Gestora contratante, notadamente quanto à correção do número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ; b) a data de emissão; c) a adequação da descrição do material ou serviço, assim como dos quantitativos, em face das especificações discriminadas na nota de empenho, no instrumento contratual e nos demais documentos que regulamentam a contratação; d) a compatibilidade dos valores do documento fiscal com o preço contratado; e e) a existência de erro ou rasura.
- Incluir as Notas Fiscais recebidas no processo de pagamento;
- Incluir o Termo de Recebimento Provisório, atestando o recebimento, e incluindo, quando couber, fotos do material recebido bem como o número de série de todos os eletroeletrônicos;
- Encaminhamento ao Núcleo Administrativo para prosseguimento do tombamento dos materiais e pagamento.

#### Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice nacional de preços ao consumidor - INPC, para correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### **Qualificação Técnica**

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.25.1.1. Ter cumprido, de forma satisfatória, o fornecimento com instalação de sistemas de segurança por circuito fechado de televisão digital em protocolo TCP/IP com no mínimo 18 (dezoito) câmeras IP's, emitidos em papel timbrado por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que sejam usuárias do sistema e não relacionadas ao fornecedor.

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 198.942,81

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 198.942,81 (cento e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/200370;

II) Fonte de Recursos: FUNAPOL (1019000000);

III) Elemento de Despesa: 449052 - Material Permanente;

IV) Plano Interno: APARELHAMENTO/MODERNIZAÇÃO DA PF (PF9990APA24);

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **EDUARDO MARQUES CARDOSO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 18:26:26.*

### **CARLOS EDUARDO FERRARI CARDOSO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 18:26:56.*